

DEMANDAS INTERCULTURAIS DE SAÚDE MENTAL E APOIO PSICOSSOCIAL EM CONTEXTOS HUMANITÁRIOS

Beatriz de Barros Souza¹
Brunela Vieira de Vincenzi²

Resumo

No pós-Guerra Fria, a cooperação internacional caminha para um consenso em torno dos serviços de Saúde Mental e Apoio Psicossocial (SMAPS) em situações humanitárias, o qual culmina, no início deste século, na elaboração de certas diretrizes para este fim. Este artigo possui o objetivo de analisar a abordagem da cultura, enquanto foco temático, pelo método da codificação teórica das menções a este termo nas referidas diretrizes. Entre os resultados, há que se destacar o fato de que, embora a dimensão da interação entre culturas — característica da abordagem intercultural — esteja presente, há um grande foco nas suas diferenças, mais típico da multicultural. Conclui-se que tal foco pode vir a causar ‘danos’ às pessoas em situação humanitária, sobretudo no contexto de emergências, pois não é dada às pessoas que são público-alvo dos serviços de SMAPS, muitas vezes, a oportunidade de participar ativamente no desenho dessas intervenções. Destaca-se, por fim, a educação intercultural e seu papel formador de agentes humanitários em emergências diversas, em particular dos que atuam com serviços de saúde mental e apoio psicossocial, para buscar reparar os danos causados no passado e prevenir os danos futuros.

Palavras-chave: Apoio psicossocial; Educação; Interculturalidade; Saúde mental.

¹ Bacharel em Relações Internacionais (PUC-SP, 2011), Mestra em Direitos Humanos (USP, 2017) e Doutoranda em Psicologia (UFES/CNPq, 2018-atual). Área: Psicologia Social e do Desenvolvimento. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7657-5017>. E-mail: biadegiz@gmail.com.

² Graduada em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (1997), Mestra em Direito Processual pela Universidade de São Paulo (2002) e Doutora em Filosofia e Filosofia do Direito pela Johann Wolfgang Goethe Universität - Frankfurt am Main (2007). Atualmente, leciona no Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Área: Filosofia do Direito. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0792-1657>. E-mail: bruvincenzi@gmail.com.

INTERCULTURAL DEMANDS OF MENTAL HEALTH AND PSYCHOSOCIAL SUPPORT IN HUMANITARIAN SITES

Abstract

In the post-Cold War period, international cooperation has moved towards a consensus around Mental Health and Psychosocial Support (MHPSS) services in humanitarian situations, which culminated, at the beginning of this century, in the elaboration of certain Guidelines for this purpose. This article aims to analyze the approach to culture, as a thematic focus, through the theoretical coding method of the mentions to this term in the aforementioned guidelines. Among the results, it is worth highlighting that, although the dimension of the interaction between cultures – characteristic of the intercultural approach – is present, there is a major focus on the difference between them, which is more typical of multiculturalism. It concludes that this focus may do 'harm' to people in humanitarian situations, especially in the context of emergencies, as those who are targeted by MHPSS services are seldom given the opportunity to actively participate in these interventions' design. Finally, intercultural education and its formative role for humanitarian agents working in different emergencies is duly noted, particularly those with mental health services and psychosocial support, in order to seek repairing the harm that was done in the past while preventing future harm as well.

Keywords: Education; Interculturality; Mental health; Psychosocial support.

DEMANDAS INTERCULTURALES DE SALUD MENTAL Y APOYO PSICOSOCIAL EN CONTEXTOS HUMANITARIOS

Resumen

Después del fin de la Guerra Fría, la cooperación internacional ha buscado un consenso acerca de los servicios de Salud Mental y Apoyo Psicosocial (SMAPS) en situaciones humanitarias, que culminó, a principios de este siglo, con la elaboración de unas Directrices para tal fin. Este artículo tiene como objetivo analizar el abordaje de la cultura, en tanto que enfoque temático, bajo el método de codificación teórica de las menciones a este término en las dichas Directrices. Entre los resultados, cabe destacar que, si bien está presente la dimensión de la interacción entre culturas – muy característica del abordaje

intercultural —, hay un gran énfasis en la diferencia entre ellas, más propia de la multiculturalidad. Concluye que esto puede causar 'daño' a las personas en situaciones humanitarias, especialmente en el contexto de emergencias, ya que aquellos a los que se dirigen los servicios de SMAPS no tienen a menudo la oportunidad de participar activamente en el diseño de estas intervenciones. Finalmente, se destaca la educación intercultural y su rol formativo para los agentes humanitarios inseridos en las distintas emergencias, particularmente aquellos que trabajan con servicios de salud mental y apoyo psicosocial, con el fin de reparar el daño que se hizo en el pasado y prevenir los daños futuros.

Palabras clave: Apoyo psicosocial; Educación; Interculturalidad; Salud mental.

INTRODUÇÃO

A corrida armamentista da Guerra Fria (1940-1991) deixou um rastro de conflitos armados nos países do antigo Terceiro Mundo, para cujos efeitos a cooperação internacional então buscou modos ditos “humanitários” de intervir e “ajudar” populações locais. Com o aprendizado acumulado sobretudo acerca dos resultados adversos dessas ações, entretanto, a primeira década do século XXI passa a buscar por consensos globais sobre a práxis da ajuda humanitária.

Entre estes campos, a Saúde Mental e Apoio Psicossocial (SMAPS) passa a integrar as respostas humanitárias oficiais no Comitê Permanente Interagências das Nações Unidas (IASC),³ quando publica as primeiras Diretrizes nesta área (IASC, 2007). Tais Diretrizes são consideradas um marco por produzirem “(...) um acordo mínimo sobre princípios e respostas essenciais a situações de crise humanitária” (GAGLIATO, 2018, p. 73). Conceitualmente, afirmam que:

Saúde mental e apoio psicossocial (SMAPS - sigla em inglês, MHPSS) é um termo composto usado nestas diretrizes para descrever qualquer tipo de apoio local ou externo cujo objetivo seja proteger ou promover o bem-estar psicossocial e/ou prevenir ou tratar o transtorno mental (IASC, 2007, p. 1, grifo no original).

³ No original, em Inglês: *Inter-Agency Standing Committee*.

Para Márcio Gagliato (2018, p. 33), na intersecção entre os dois saberes que compõem este termo (“Saúde Mental” e “Apoio Psicossocial”) estariam as “maiores disputas conceituais” das Diretrizes. Tais disputas teriam diversos impactos práticos, inclusive para o “financiamento de projetos” neste campo da ajuda humanitária, os quais não cabem, no entanto, no escopo deste artigo.

Embora históricas, então, as Diretrizes ainda carecem de referenciais e pesquisas para melhor avaliar as intervenções supostamente embasadas em seus preceitos (NEWNHAM et al, 2021). Estando em constante reformulação, cumpre, no presente, examinar criticamente as forças em disputa em torno da concepção de “cultura” no referido documento.

Para tanto, o presente artigo parte da codificação teórica das menções à “cultura” nas Diretrizes para buscar as principais demandas relacionadas à *interculturalidade* nas ações de SMAPS em contextos humanitários. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2007, Art. 4.8), esse termo: “[...] refere-se à existência e interação equitativa de diversas culturas, assim como à possibilidade de geração de expressões culturais compartilhadas por meio do diálogo e respeito mútuo”.

Os Resultados do presente estudo apontam para a referida equidade na interação entre culturas diversas como sendo um dos principais desafios para a prestação dos serviços de SMAPS em emergências humanitárias. Em seguida, a discussão desses resultados aponta para as demandas formativas com relação a este tema de agentes e de pesquisadores que busquem atuar nesses contextos. Propõe para tal fim aportar ao conceito de “educação intercultural”, pactuado em 2006 na UNESCO, as “lutas sociais” latino-americanas” contra os processos de “exclusão social inerentes à globalização econômica” (FLEURI, 2001, p. 1).

Reconhece, assim, a importância central dos saberes produzidos no Sul Global para a pactuação multilateral da atuação nessa pauta. Espera-se, assim, que as considerações postas sejam pertinentes aos prestadores desses e outros serviços humanitários que atuam, por vezes, em condições precárias e sujeitas a disputas políticas diversas, tanto no plano local quanto no internacional.

MÉTODOS

Neste artigo, serão analisadas as menções diretas e indiretas ao termo “cultura” nas Diretrizes do IASC (2007) com uma breve descrição de cada parte do documento em que haja tal menção. Para este fim, será aplicado o método da *codificação teórica*.

A codificação teórica busca tornar a interpretação de um texto mais controlável, com vistas à abstração e eventual teorização do texto. De fato: “A partir dos dados, o processo de codificação conduz ao desenvolvimento de teorias através de um processo de abstração” (FLICK, 2004, p. 189). Dessa forma, tal codificação não se esgota na coleta dos dados, mas busca contribuir para a discussão e análise de um *corpus* que carece de precisão conceitual.

Importa notar que há limites à aplicação deste método para o texto em questão por se tratar de uma tradução. Estando atualmente disponível em 13 idiomas,⁴ foi aqui utilizada a versão traduzida para o Português nesta análise, a qual contava ainda com pequenos trechos não-traduzidos da versão original.

Acredita-se, todavia, que tais limitações não prejudicam as conclusões sobre as categorias, criadas e analisadas a partir de uma extensa codificação do texto, como indicam os resultados descritos na próxima seção.

RESULTADOS

Os principais resultados da codificação teórica das menções à cultura nas Diretrizes (IASC, 2007) evidenciam o foco textual na ‘cultura local’ e nas ‘práticas culturais’ consideradas ‘culturalmente apropriadas’ para cada ‘contexto’. As implicações destes dados são discutidas na próxima seção, ao passo que esta recupera os resultados parciais que culminaram nesta síntese.

⁴ Cf. IASC Guidelines on Mental Health and Psychosocial Support in Emergency Settings. Disponível em: <https://interagencystandingcommittee.org/iasc-task-force-mental-health-and-psychosocial-support-emergency-settings/iasc-guidelines-mental-health-and-psychosocial-support-emergency-settings-2007>. Acesso em: 10 jan 2022.

Em princípio, uma busca simples pelo termo ‘cultura’ no texto completo retornou 155 resultados, dos quais 22 foram descartados, sendo 10 descartados por repetição e 12 por pertinência. Dessa forma, somente foram computadas as menções contidas no corpo do texto (e não nas referências, por exemplo).

As 133 menções restantes foram submetidas à codificação aberta, que marca a fase inicial da interpretação textual nesse método. Nessa fase: “As expressões são classificadas por suas unidades de significado (uma única palavra, sequências curtas de palavras) a fim de unir anotações e, sobretudo, “conceitos” (códigos) a estas” (FLICK, 2004, pp. 189-190).

Foram determinadas, nesta etapa inicial, seis unidades de significado: “cultura” (n = 28), “cultural” (n = 11), “culturas” (n = 10), “culturais” (n = 51), “culturalmente” (n = 25) e “sociocult” (n = 8). Em seguida, estas unidades foram submetidas a uma codificação axial, pela qual foram aglutinadas, por afinidade, em três categorias: a) Cultura/s; b) Cultural/is; c) Culturalmente.

Na codificação seletiva, última etapa deste método, o critério de seleção dos códigos anexos a cada categoria foi o quantitativo. Ou seja: cada código deveria ocorrer ao menos duas vezes na sua categoria para ser contado como parte dessa categoria. Códigos de menção única (como “apropriação” ao lado de “cultural”) foram deixados de fora da análise.

Assim, as considerações que seguem para cada uma das três categorias supracitadas não contabilizaram, ao todo, 35 menções de ocorrência única no texto. Algumas dessas menções eram, inclusive, muito próximas, no campo semântico, de outras que foram selecionadas para a análise (como “regras” e “normas”). Optou-se, entretanto, por manter essa separação, de modo que os totais pudessem ser verificados por estudos futuros, caso necessário.

Não se deseja com isso inferir que as passagens excluídas não eram de alguma forma relevantes; apenas ocorreu de não passarem no critério adotado. Isto posto, passaremos em seguida à descrição das três categorias em análise, com destaque para os códigos anexos a cada unidade de significado, bem como a frequência com que aparecem no texto.

Categoria: “Cultura/s”

Esta categoria foi obtida com a junção de duas unidades de significado: ‘cultura’ (n = 28) e ‘culturas’ (n = 10). Com relação a cada uma, foi verificado qual o código mais próximo relacionado, ou seja: qual a palavra (ou partícula lexical) que se relacionava a essa unidade de modo a determinar seu sentido.

A primeira unidade de significado (‘cultura’) esteve muito relacionada ao código ‘local’ (n = 14), na expressão ‘cultura local’; em menor frequência, compareceu no texto ora como um termo genérico inespecífico (n = 4), ora especificada pelo artigo definido ‘a’ (n = 6). A segunda (‘culturas’), por sua vez, esteve mais próxima aos códigos ‘algumas’ (n = 3) e ‘locais’ (n = 2).

Ao todo, nove menções únicas foram excluídas da análise desta categoria, sendo quatro relativas à ‘cultura’ (singular) e cinco a ‘culturas’ (plural). Entre as menções excluídas por aparição única, cumpre notar que o código ‘de fora’ (n = 1) possui o significado oposto ao código ‘local’, que compareceu isoladamente mais vezes do que todos os outros na categoria.

Em síntese, nesta categoria foi evidente o enfoque sobre a ‘cultura local’, ou sobre ‘culturas locais’, ao longo de todas as menções analisadas. Há que se destacar, no entanto, que o termo praticamente não aparece de modo relacional, ou seja, em interação com ‘outras’ culturas, como seria prescrito, via de regra, por uma abordagem mais intercultural.

Categoria: “Cultural/is”

Esta categoria reuniu três unidades de significado: “cultural” (n = 11), “culturais” (n = 51) e “sociocult” (n = 8), respondendo assim pelo maior número de menções das três categorias. Foi também a que sofreu maior corte de ‘menções únicas’ durante a seleção: ao todo, 25 menções foram excluídas.

Nas menções analisadas, a primeira unidade (‘cultural’) foi relacionada a apenas dois códigos, com duas menções cada: ‘sensibilidade’ e ‘contexto’. A última (‘sociocult’) esteve unida a ‘contexto’ nas quatro menções analisadas.

Por fim, a unidade com mais menções ('culturais') esteve muito relacionada a 'práticas' (n = 18) e, com menor frequência, a 'normas' (n = 6), 'apoios' (n = 4), atividades (n = 4), 'grupos' (n = 3) e 'origens' (n = 2). Dessa forma, o código mais presente foi o de "práticas culturais", que respondeu sozinho por mais da metade das menções analisadas na categoria.

Categoria: "Culturalmente"

Com uma única unidade de significado, 'culturalmente' teve apenas uma menção excluída por ser única, relativa ao complemento 'pertinente'. A maioria das outras 24 menções esteve relacionada ao termo 'apropriado/a' (n = 17), com aparições marginais dos códigos 'adequado/a' (n = 4), 'sensível' (n = 2) e 'aceitável' (n = 2) para modificarem o seu significado.

O enfoque desta categoria, portanto, foi sobre aquilo que aparenta ser 'culturalmente apropriado' em uma situação dada. Considerando por quem as Diretrizes foram escritas, e o tipo de situação, no geral, a que se destinam, também é possível inferir que o termo 'apropriado' está relacionado aos 'prestadores da ajuda', enquanto que 'culturalmente' tem relação com o público-alvo das ações de SMAPS.

É possível inferir, dessa forma, que os prestadores da ajuda são, em boa medida, os responsáveis pela avaliação final do que seria ou não 'culturalmente apropriado' em uma situação dada, ainda que em 'colaboração' com membros da 'cultura local'. Há que se discutir, então, como se daria tal interação.

DISCUSSÃO

Como anteriormente visto, a codificação teórica das menções à cultura nas Diretrizes (IASC, 2007) enfatizam a 'cultura local' e as 'práticas' tidas por 'culturalmente apropriadas'. Esta seção, além de maior precisão conceitual para esses termos, buscará discutir esta visão à luz do ideal intercultural para a formação contínua dos profissionais da ajuda humanitária nesses temas.

Para a discussão serão trazidos, além da literatura mais ampla, relatos de casos e textos recentes do IASC, como o “quadro comum” para monitorar e avaliar ações de SMAPS em situações de emergência (IASC, 2017; IASC, 2021). Espera-se, com isto, fornecer um panorama das principais problemáticas que se relacionam a cada categoria dos resultados previamente elencados.

A “Cultura Local” nas Diretrizes do IASC (2007)

Por vezes, o sucesso ou fracasso de uma intervenção humanitária depende da qualidade da relação entre os membros de dentro e de fora da cultura local. Segundo o economista vietnamita Lê Thành Khôi (1976, p. 582):

Na origem de numerosos fracassos encontra-se o facto de o especialista não ter sabido adaptar-se às condições sociais e culturais do país que o acolheu, tendo simplesmente aplicado técnicas e receitas aprendidas no seu próprio país.

A ênfase na cultura local nas Diretrizes pode, dessa forma, ter relação com uma preocupação do IASC diante de tal quadro histórico. Nesse sentido, há que se destacar a Diretriz do IASC para se “contar com trabalhadores que entendem o idioma e a cultura local”, bem como “envolver voluntários que entendam a cultura local” (IASC, 2007, pp. 24-25). Apesar de ser “desafiador” conhecer uma determinada cultura apenas a partir de uma interação com seus membros, como reconhece o próprio IASC (2007, p. 13), esta diretriz parece posta na tentativa de se buscar tentar evitar os referidos fracassos.

A questão passa a ser, então, a respeito de como se daria essa interação entre os atores que “entendem” e aqueles que “não entendem” a cultura local na prática da ajuda humanitária. Ou seja: em qual momento da intervenção (planejamento, execução, monitoramento ou avaliação) se daria o diálogo intercultural, bem como se tal diálogo ocorreria em situação de “equidade” entre as partes, como prescrito pela UNESCO (2007).

Quanto a essa questão, nas Diretrizes, é possível vislumbrar a ênfase que se coloca na interação entre pessoas de culturas diferentes, típica do enfoque *intercultural* sobre a questão da diversidade cultural. De fato:

Os termos *multi* ou *pluricultural* indicam uma situação em que grupos culturais diferentes coexistem um ao lado do outro sem necessariamente interagir entre si. (...) Já a relação intercultural indica uma situação em que pessoas de culturas diferentes interagem, ou uma atividade que requer tal interação (FLEURI, 2001, p. 4-5).

Textualmente, as Diretrizes identificam os “prestadores de ajuda” com aquelas pessoas “que vêm de fora da cultura local” (IASC, 2007, p. 106). A essas pessoas, que coletam dados para formular as intervenções de SMAPS, as Diretrizes sugerem: “(...), se possível, confirmar as informações coletadas, discutindo-as com antropólogos ou outros guias culturais locais que tenham profundo conhecimento da cultura e das práticas locais” (IASC, 2007, p. 108).

A assimetria entre pessoas “de fora” da cultura local, de um lado, e pessoas dessa cultura, do outro, indicam que a mera promoção da interação entre elas pode não apenas ser insuficiente, como ainda danificar sua relação com o tempo. Isto porque quanto mais “diferente” certa cultura pareça ao grupo interveniente, maior tende a ser seu interesse por pesquisá-la junto a seus membros (SUKARIEH; TANNOCK, 2012). Com isto: “[...] a prática e a experiência da pesquisa em si podem complicar e romper as distinções entre as identidades de ser de dentro ou de fora, indígena ou estrangeiro, membro da comunidade ou não” (SUKARIEH; TANNOCK, 2012, p. 497).

Para além de se agravar a assimetria na relação entre essas pessoas, as pesquisas propostas nas Diretrizes para as situações de emergência podem não ser viáveis, ou desejáveis, em contextos humanitários prolongados, como na situação do refúgio palestino. Nesse caso, estudos apontam que:

Há anos, moradores e representantes dos campos de refugiados palestinos no Líbano pedem a suspensão das pesquisas sendo feitas nos campos. [...] Alguns moradores também dizem que se o dinheiro gasto na pesquisa da pobreza em Chatila ao longo das décadas tivesse sido gasto no desenvolvimento da infraestrutura do campo, os problemas que os pesquisadores investigam provavelmente já estariam todos resolvidos (SUKARIEH; TANNOCK, 2012, p. 499).⁵

⁵ No original: “For years now, residents and representatives of the Palestinian refugee camps in Lebanon have called for a halt to research being done in the camps. [...] Some residents also say that if the money that has been spent on researching poverty in Shatila over the decades had been spent on developing the camp’s infrastructure instead, the problems that researchers come to investigate would likely have all been resolved by now.”

Nesse caso, como as Diretrizes foram pensadas para “emergências”, um “excesso” de pesquisas nestas situações poderia, a princípio, ser raro, por se tratar das fases iniciais de crises humanitárias. Dado, porém, que tais crises tem se prolongado no tempo, convém pensar em alternativas a se desenhar as intervenções sem o envolvimento ativo de membros da cultura local nas ações humanitárias relacionadas a SMAPS.

Nesse sentido, mais recentemente, o IASC (2021, p. 20) prevê que se contabilize o número de pessoas, dentre as que integram as comunidades afetadas pela situação de emergência, de fato envolvidas em todas as fases da resposta humanitária. Como esse quadro é muito recente, no entanto, ainda será necessário esperar um pouco mais para saber se será considerado ou não um possível desgaste das comunidades nessas avaliações.

As “Práticas Culturais” no contexto de SMAPS

Nem todas as causas dos “fracassos” das intervenções humanitárias, no entanto, podem ser atribuídas a uma ignorância acerca da cultura local ou de como interagir com ela. Algumas razões podem ser ainda relacionadas a uma visão monolítica das culturas, desconsiderando suas nuances internas.

De fato, mais de três décadas se passaram desde a criação das Nações Unidas e a Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (UNESCO, 1982). Neste evento, houve o reconhecimento da “diversidade cultural intra-social”, um fator razoavelmente subestimado até então no âmbito das Nações Unidas (GRUMAN, 2008, p. 175). Dessa forma, no discurso institucional, o conceito de “cultura”, a partir desse momento, passa a abranger também:

[...] o conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (UNESCO, 1982, p. 43).

No contexto das ações de SMAPS, compreender as culturas locais nesse sentido agrega novos desafios aos prestadores da ajuda humanitária. Além do

“desafio” de se conhecer uma cultura local, previamente mencionado, há que se destacar aquele d

e se notar as suas nuances e práticas diversas em meio à multiplicidade cultural dos habitantes de um determinado local.

Ainda assim, esse exercício de investigar as práticas culturais é central para as ações humanitárias, por várias razões. A título de exemplo, há que se destacar o caso da “imolação de viúvas” – mencionado marginalmente nas Diretrizes (IASC, 2007, p. 129). A seu respeito, Gayatri Spivak afirma que, além de não ser “um preceito ritual *invariável*” (SPIVAK, 2010, p. 103, *grifo* no original), tal prática, criminalizada por força da lei britânica:

[...], celebra um erro gramatical por parte dos britânicos, assim como a nomenclatura “índio americano” celebra um erro factual por parte de Colombo. A palavra em várias línguas indianas é “a queima da sati” ou da boa esposa, que assim escapa da estagnação regressiva da viúva (SPIVAK, 2010, p. 115).

Delimitar em qual medida tal “erro gramatical” foi responsável por uma certa “popularização” ou “disseminação” da prática da “imolação de viúvas” foge do escopo deste artigo. Cabe, contudo, citá-la para ressaltar o desafio dos “especialistas locais”, quando encontrados, de transmitirem seu conhecimento a outrem no (curto) período que no geral dura uma intervenção – ainda mais quando eles não determinam seu escopo.

Novamente, a título de exemplo, há que se trazer o caso dos campos de refugiados palestinos no Líbano, onde:

Alguns moradores afirmam que há temas importantes a serem estudados, mas que têm sido negligenciados pelos pesquisadores. Estes geralmente envolvem questões de direitos civis palestinos, e envolvem estudar não os próprios refugiados palestinos, mas as instituições nacionais e internacionais que controlam e governam a vida dos refugiados (SUKARIEH; TANNOCK, 2012, p. 500).⁶

⁶ No original: “Some residents say that there are topics that are important to be studied, but have been neglected by researchers. These most often involve questions of Palestinian civil rights, and entail studying not Palestinian refugees themselves but the national and international institutions that control and govern refugee lives.”

Parte, assim, da própria comunidade local que recebe as intervenções o pedido para que atores humanitários examinem mais as suas próprias práticas. Tal ponto também foi marcante nos resultados discutidos na próxima seção.

O “Culturalmente Apropriado” em Situações de Emergência

Por fim, as Diretrizes enfatizam a busca do culturalmente “aceitável” ou “apropriado” social e/ou culturalmente em cada situação pelas ações de SMAPS. Essa “aceitabilidade social e cultural”, para o IASC (2017, p. 17):

[...] descreve as respostas de emergência que são sensíveis às normas e aos valores da população afetada e que asseguram que estes são respeitados na forma como as ações de resposta de emergência são executadas. Descreve a consideração pela diversidade de valores sociais e culturais no seio da população afetada, bem como o reconhecimento de que as situações de emergência levam por vezes a alterações nas práticas existentes, as quais podem ser apoiadas por alguns membros da comunidade e causar preocupação ou receio noutros.

Muito oportunamente, esse trecho menciona “normas” que, assim como “valores” e “práticas” culturais, são naturalmente mutáveis no tempo e no espaço, e não só pela intercorrência de “situações de emergência”. Como já apontado pelas seções precedentes, uma visão monolítica das culturas locais pode ademais prejudicar a avaliação dos prestadores dessa ajuda sobre o que seria “culturalmente apropriado” nas situações — especialmente em África:

[...] onde a cultura é vista como essencialmente hostil a mulheres. Interpretações estreitas da cultura, que a aglutinam com o ‘costume’ ou a ‘tradição’ e assumem que esses sejam naturais e imutáveis exacerbam o problema (TAMALE, 2008, pp. 47-48).⁷

A avaliação do que seria apropriado ou não, todavia, é deixada, nesse momento, apenas a encargo dos prestadores da ajuda, a quem se prevê a

⁷ Trecho na íntegra e no original, em Inglês: “This is especially true in the case of theorists of African women’s rights, where culture is viewed as being essentially hostile to women. Narrow interpretations of culture that collapse it with ‘custom’ or ‘tradition’ and assume these to be natural and unchangeable exacerbate the problem”. Tradução livre.

possibilidade de que utilizem “métodos de fora da cultura quando apropriado” (IASC, 2007, p. 15). O método de avaliação acerca de quando deve se aplicar tais métodos, no entanto, não é especificado, e mais de uma década se passa antes que os próprios critérios para essa avaliação sejam consensuados.

Atualmente, o IASC (2021, p. 20) reconhece que essa avaliação, no caso das intervenções relacionadas a SMAPS, deve partir da população local. Como esse entendimento é muito recente, há que se esperar um pouco mais para ver o quanto efetivamente essas populações terão a dizer acerca do grau de adequação dessas intervenções, e de que maneira serão feitas essas questões.

De imediato, todavia, há que se alertar para os riscos de fomentar (mais) pesquisas junto a populações em situações de emergência humanitária. De fato, se houver dano relacionado à intervenção, questionar os próprios participantes a esse respeito deve ser feito de tal maneira que não os leve a reviver esse dano (ou ‘trauma’) na sua narrativa (BILOTTA, 2020).

Embora a intenção esteja — ao menos, nas Diretrizes — no sentido de formular intervenções que ‘não causem dano’, ainda há lacunas acerca de como proceder quando, de fato, há danos causados. Nesse sentido, certos preceitos da educação intercultural podem, talvez, servir de algum auxílio.

Educação Intercultural e SMAPS

Diante das demandas apresentadas nas seções anteriores, relacionadas, em grande medida, a lacunas significativas nas Diretrizes sobre o tema da cultura, cumpre discutir a aplicabilidade da educação intercultural no âmbito de SMAPS. Longe de resolver seus problemas, o debate espera apenas destacar algumas das complexas tarefas dos atores humanitários nessas situações.

Desse modo, a princípio, cumpre aqui situar o conceito de educação “intercultural” *versus* “multicultural”. Segundo a UNESCO (2006, p. 18):

A Educação Multicultural utiliza o aprendizado sobre outras culturas a fim de produzir a aceitação, ou ao menos a tolerância, dessas culturas. A Educação Intercultural visa ir além da coexistência passiva, para atingir um modo progressivo e sustentável de conviver

Ao se aplicar esse conceito às Diretrizes, o que se nota é um enfoque maior no aspecto multicultural das relações entre os prestadores de ajuda humanitária e as pessoas que são o alvo de suas intervenções, sobretudo em situações de “emergência”. Nessas situações, no geral, não se está em busca de um “modo progressivo e sustentável” de convivência em sociedade, pois não está posta essa demanda como uma urgente necessidade.

Se as emergências humanitárias não se prolongassem demasiado no tempo, talvez o fato de não se superar o modelo multicultural nas ações de ajuda humanitária, notadamente em SMAPS, não fizesse tanta diferença. O “diálogo entre diferentes grupos culturais” poderia ser algo localizado, por exemplo, no momento de monitorização e avaliação das intervenções, e não como algo cotidiano e em todos os ambientes e espaços.

Ocorre, todavia, que as situações humanitárias se prolongam cada vez mais no tempo e afetam cada vez mais pessoas, como as deslocadas à força (ACNUR, 2021). Segundo Fleuri (2001, p. 3): “A complexidade das relações sociais e interculturais no mundo contemporâneo requer novas formas de se elaborar o conhecimento no campo da pesquisa e da educação.”

Entre essas formas, no campo da pesquisa social, tem se destacado a abordagem “anti-opressiva”, a qual se pretende mais “politizada” do que propriamente “benigna” ao se dedicar a investigar, entre outros, as “relações desiguais de poder” no mundo contemporâneo (BILOTTA, 2020, p. 400).⁹ Sob essa abordagem, o problema da “formação e requalificação” dos prestadores da ajuda humanitária seria “talvez o problema decisivo, do qual depende o

⁸ No original e na íntegra: “Multicultural education uses learning about other cultures in order to produce acceptance, or at least tolerance, of these cultures. Intercultural Education aims to go beyond passive coexistence, to achieve a developing and sustainable way of living together in multicultural societies through the creation of understanding of, respect for and dialogue between the different cultural groups.” Tradução livre.

⁹ No original e na íntegra: “AOR is not benign but politicised research that is committed to addressing the systems of oppression and unequal power relations that generate current social orders in the power of relationships”. Tradução livre.

sucesso ou fracasso da proposta intercultural” como perspectiva para SMAPS – por analogia ao que afirmou Reinaldo Fleuri (2001, p. 8) sobre os educadores.

Nesse sentido, urge que os atores humanitários, por exemplo no intuito de avaliarem as suas ações, “mudem o olhar da sua pesquisa” para investigar um pouco menos as comunidades que recebem essas intervenções, e mais “a si mesmos” (BILOTTA, 2020, p. 406).¹⁰ Numa última paráfrase, diríamos que “o que está em jogo” nessa formação seria:

[...] a superação da perspectiva monocultural e etnocêntrica que configura os modos tradicionais e consolidados de educar, a mentalidade pessoal, os modos de se relacionar com os outros, de atuar nas situações concretas. (FLEURI, 2001, p. 8)

Para tanto, cumpre investir na formação intercultural dos agentes e dos pesquisadores da ajuda humanitária como modo privilegiado de se otimizar os resultados esperados por essas intervenções. Que aquelas “culturas locais” possam, assim, cada vez mais ensinar às “de fora”, em especial aquelas mais eurocêntricas, sobre os modos diversos de agir e pensar nas suas sociedades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cumpre ressaltar, enfim, que uma conquista enorme das Diretrizes foi levar os atores humanitários – incluindo os pesquisadores – a olharem mais para si e para suas práticas de forma autocrítica. Tal conquista, porém, corre o risco de perder-se, caso seus desdobramentos principais – a exemplo do ‘quadro comum’ para monitorar e avaliar certas ações – não encontrem ainda ampla difusão e respaldo entre a comunidade internacional.

Para tanto, além de regulamentar as diretrizes, importaria que aqueles mecanismos institucionais onde efetivamente se decide a respeito dessas intervenções fossem reformulados para contemplar tais mudanças. Assim, seria essencial, por exemplo, contar com o público-alvo dessas intervenções nesses espaços, de maneira equitativa, como prescreve a interculturalidade.

¹⁰ No original e na íntegra: “This recommendation calls for researchers to shift the gaze of their research from RYP back to themselves”. Tradução livre.

Em última instância, deveria caber aos próprios prestadores da ajuda humanitária avaliarem criticamente as suas próprias ações, reparando danos do passado para buscar evitar provocar mais danos futuros. Certamente, as ações de SMAPS teriam muito a ganhar em eficácia com esse entendimento.

Este artigo espera ter contribuído, em suma, para o debate em torno do tema da interculturalidade na pauta de saúde mental e apoio psicossocial em situações humanitárias a partir da análise das Diretrizes do IASC (2007). Em especial, espera ter pontuado alguns pontos fundantes no que concerne à formação dos prestadores dessas ações em desafios relacionados sobretudo à equidade nas interações efetivadas a partir de uma perspectiva intercultural.

REFERÊNCIAS

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados / ACNUR. *Global trends: Forced displacement in 2020*. Genebra: Nações Unidas, 2021. Disponível em: <https://www.unhcr.org/60b638e37/unhcr-global-trends-2020>. Acesso em 10 jan 2022.

BILOTTA, Neil. Anti-oppressive social work research: Prioritising refugee voices in Kakuma refugee camp. *Ethics and Social Welfare*, 2020, v. 14, n. 4. pp. 397-414. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17496535.2020.1822425>. Acesso em 10 jan 2022.

FLEURI, Reinaldo Mathias. Desafios à educação intercultural no Brasil. *PerCursos*, Florianópolis, 2001, v. 2, n. 0. pp. 1-14. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/issue/view/169>. Acesso em 10 jan 2022.

FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. (Trad. Sandra Netz). 2a ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GAGLIATO, Marcio Flores. *Saúde Mental e Apoio Psicossocial em Emergências Humanitárias: uma análise crítica entre políticas e práticas atuais de assistência*. 163 p. Tese (Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade), Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.6.2019.tde-21032019-170435>. Acesso em: 10 jan 2022.

GRUMAN, Marcelo A UNESCO e as políticas culturais no Brasil. *Políticas Culturais em Revista*, 2008, v. 2, n. 1, pp. 174-186. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/3343>. Acesso em: 10 jan 2022.

IASC. *Diretrizes do IASC sobre Saúde Mental e Apoio Psicossocial em emergências humanitárias*. Genebra: Nações Unidas, 2007. Disponível em: https://interagencystandingcommittee.org/system/files/iasc_mhpss_guidelines_portuguese.pdf. Acesso em: 10 jan 2022.

IASC. *Um quadro comum de monitorização e avaliação para a saúde mental e apoio psicossocial em emergências humanitárias*. Genebra: Nações Unidas, 2017. Disponível em: https://interagencystandingcommittee.org/system/files/final_adobe_iasc_mhpss_m_e_30.03.2017_illustrator_web_portuguese.pdf. Acesso em: 10 jan 2022.

IASC. *Common monitoring and evaluation framework for Mental Health and Psychosocial Support in emergency settings - with means of verification (Version 2.0)*. Genebra: Nações Unidas, 2021. Disponível em: <https://interagencystandingcommittee.org/iasc-reference-group-mental-health-and-psychosocial-support-emergency-settings/iasc-common-monitoring-and-evaluation-framework-mental-health-and-psychosocial-support-emergency>. Acesso em: 10 jan 2022.

KHÔI, Lê Thành. O auxílio para a educação: cooperação ou domínio? *Perspectivas: revista trimestral de educação*, v. 6, n. 4, 1976. pp. 575-586. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000020649_por. Acesso em: 10 jan 2022.

NEWNHAM, Elizabeth A.; REIFELS, Lennart; GIBBS, Lisa. *Disaster mental health research*. In: *WHO Guidance on Research Methods for Health Emergency and Disaster Risk Management*. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2021. pp. 444-460. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/345591>. Acesso em: 10 jan 2022.

SUKARIEH, Maysoun; TANNOCK, Stuart. On the problem of over-researched communities: the case of the Shatila Palestinian refugee camp in Lebanon. *Sociology*, v. 47, n. 3, 2012. pp. 494-508. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0038038512448567>. Acesso em: 10 jan 2022.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TAMALE, Sylvia. The right to culture and the culture of rights: a critical perspective on women's sexual rights in Africa. *Feminist Legal Studies*, v. 16, n. 1, 2008, pp. 47-69. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10691-007-9078-6>. Acesso em: 10 jan 2022.

UNESCO. *Declaración de México*. In: UNESCO. *Conferencia Mundial sobre las Políticas Culturales*. México: UNESCO, 1982. pp. 43-48. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000052505_spa. Acesso em: 10 jan 2022.

UNESCO. *UNESCO Guidelines on intercultural education*. Paris: UNESCO, 2006. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000147878>. Acesso em: 10 jan 2022.

UNESCO. *Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais*. Texto oficial ratificado por meio do Decreto Legislativo nº 485/2006. Brasília: UNESCO, 2007. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000150224.pdf>. Acesso em: 10 jan 2022.